

Secretaria de Gestão

Balanço das principais ações realizadas de janeiro de 2008 a julho de 2009

Uma sociedade cada vez mais complexa e dinâmica exige um Estado ágil na identificação de demandas, eficaz no desenho de soluções para os problemas e efetivo na implementação das políticas públicas.

A SEGES trabalha para melhorar a governança do Estado e para dotá-lo de maior porosidade às demandas da sociedade civil, por meio da reorganização da máquina pública e de sua adequação à prestação de serviços, à obtenção de resultados e à satisfação dos usuários, buscando processos cada vez mais eficientes, transparentes e participativos.

Quatro eixos balizam a atuação da SEGES: (i) desenvolvimento institucional e organizacional da Administração Pública Federal orientado para resultados e com foco no cidadão; (ii) profissionalização do serviço público; (iii) proposição e implementação de mecanismos para a melhoria do desempenho institucional orientado para resultados e com foco no cidadão; (iv) apoio ao fortalecimento institucional e à melhoria da gestão de estados e municípios.

Os desafios que a SEGES enfrenta exigem a consolidação de uma rede institucional que propicie sinergia entre o Governo Federal, os entes sub-nacionais, os organismos internacionais, as organizações da sociedade civil, o setor privado e a academia, com vistas à multiplicação de boas práticas e inovações em gestão pública.

Abaixo, um balanço do que tem sido feito pela SEGES desde o início de 2008 para enfrentar os desafios.

Simplificação do atendimento ao cidadão

Marco legal

Obter serviços dos órgãos federais ficou mais fácil com a publicação do Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, proposto pela SEGES. O Decreto dispensa o reconhecimento de firma em documentos oficiais; impede os órgãos de exigir do cidadão informações que o Poder Executivo já possua; e institui a Carta de Serviços ao Cidadão. Se um órgão público precisar de documentos que esclareçam a situação de um cidadão e essas informações já estiveram no banco de dados de outro órgão do Governo Federal, a repartição não poderá solicitá-los ao interessado. Terá de pedir diretamente ao outro órgão, por meio eletrônico. A Administração Pública Federal tem um ano para integrar todas as suas bases de dados e começar a cumprir a norma.

Cartas de Serviço

A Carta de Serviços ao Cidadão contém compromissos dos órgãos públicos com a qualidade no atendimento aos usuários dos seus serviços. Informam o cidadão sobre os tipos de serviços prestados por determinado órgão, as formas de acesso e obtenção desses serviços e os padrões de qualidade no atendimento ao público, como tempo de espera e prazos para prestação de serviços. A SEGES promoveu uma atualização do Guia que instrui os órgãos sobre como elaborar e divulgar as Cartas. O texto está em fase de revisão final e servirá de base ao desenvolvimento de ferramentas audiovisuais para disseminação das Cartas de Serviço implantadas e orientação para novas Cartas.

Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação

A Secretaria atualizou o Manual de Avaliação de Satisfação do Usuário do Serviço Público, que proporciona às organizações interessadas metodologia e ferramenta de pesquisa de Avaliação da Satisfação do Usuário dos Serviços Públicos. O objetivo é institucionalizar a avaliação de satisfação do usuário como uma prática relevante e necessária para o aperfeiçoamento da gestão pública. O Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação, ferramenta disponibilizada pela SEGES no Manual, é simples, prático e aplicável a qualquer organização pública que atenda diretamente ao cidadão. Também estão sendo considerados outros modelos de pesquisa para serem dispostos no Portal da Gestão Pública.

Integração das bases de dados

Para cumprir o disposto na norma sobre simplificação do atendimento ao cidadão (Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009), a SEGES apóia a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) na definição das diretrizes, orientações e procedimentos que se fizerem necessários, em especial no que se refere à integração das bases de dados das organizações públicas e ao acesso às informações constantes desses dados. Será realizado um amplo trabalho de divulgação das soluções implementadas.

Centrais de atendimento integrado ao cidadão

A SEGES, com apoio do CONSAD, trabalha para fortalecer e incentivar as centrais de atendimento integrado ao cidadão por meio da articulação dos agentes envolvidos e do estímulo à integração dos órgãos federais às centrais. Em junho de 2009, a Secretaria realizou o Fórum Internacional de Centrais de Atendimento Integrado.

Profissionalização da APF

Recomposição da força de trabalho

A recomposição da força de trabalho no Poder Executivo federal está ocorrendo especialmente em áreas estratégicas responsáveis pelos programas prioritários de Governo e que perderam quadros na última década, com destaque para o setor de educação, refletindo a diretriz governamental de ampliar a oferta de vagas nos ensinos superior e técnico. Do total de 41.818 vagas de concursos autorizadas no ano passado, 69% foram destinadas à educação. Outras áreas que executam programas importantes e tinham déficit quantitativo e qualitativo de pessoal também foram contempladas. Destacam-se a estruturação das agências reguladoras; a ampliação dos programas sociais; o reforço aos órgãos de controle; o fortalecimento da Polícia Federal e dos órgãos de defesa; e a ampliação dos quadros do ciclo de gestão. De janeiro a agosto de 2009 foram publicadas autorizações para 16.282 vagas, com destaque para o setor de Saúde, com 34% do total de vagas, Finanças e Controle, com 23%, e Segurança e Administração da Justiça, com 17%. Desde 2008 intensificou-se o trabalho da SEGES em termos de recomposição da força de trabalho, que envolve: identificação dos setores que precisam incorporar novos servidores, para balizar as autorizações de concursos públicos; autorização para provimento dos cargos objeto de concursos já autorizados; proposta de provimento para o setor de educação. As demandas processadas no ano passado geraram 451 análises, sendo 32% referentes a concursos públicos, 21% a estruturas organizacionais, 7% a contratações temporárias, 2% a Funções Comissionadas Técnicas, 9% a processos internos de trabalho e 29% respostas a interlocutores externos ao Poder Executivo federal. Em 2009, até o final de junho, 154 demandas foram processadas, sendo 35% sobre concursos, 18% sobre estruturas, 9% sobre temporários, 5% sobre Funções Comissionadas Técnicas e 33% relativas a outros assuntos (gestão interna, assuntos parlamentares, respostas a órgãos de controle, a cidadãos, associações, etc).

Criação de novas carreiras

A SEGES propôs um projeto para criar a carreira de analista de infra-estrutura e os cargos isolados de especialistas em infra-estrutura, de modo a prover de profissionais qualificados os ministérios executores do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A SEGES organizou o primeiro

concursos e em 2008 foi autorizada a contratação de 84 Especialistas em Infra-estrutura e 516 Analistas de Infra-estrutura. Em relação à área social, a SEGES propôs a criação da carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais (PL 3.452/2008), atualmente em tramitação no Senado. A nova carreira desempenhará atividades de assistência técnica, monitoramento e avaliação de programas e projetos na área social. O Projeto de Lei prevê a criação de 2.400 cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais. Para fortalecer as áreas-meio dos ministérios, aprimorando as atividades administrativas e logísticas de nível superior, a Secretaria elaborou o projeto para a criação da carreira de Analista Executivo, em tramitação na Câmara dos Deputados (PL 3.952/2008). A finalidade é prover 2.190 cargos para profissionais qualificados na área.

Substituição de terceirizados irregulares

A SEGES avançou na autorização de concursos públicos para substituir os trabalhadores temporários em situação irregular no Poder Executivo Federal. O objetivo é cumprir o Termo de Conciliação Judicial firmado com o Ministério Público do Trabalho em 2007 para a substituição até o final de 2010. Após o levantamento do quantitativo de terceirizados em situação irregular, a SEGES autorizou em julho de 2008 o primeiro concurso público destinado ao cumprimento do Termo de Conciliação. Até 31 de julho de 2009, o total de cargos destinados a esse fim atingiu 6.841 vagas na Administração Direta. Isso implicará a extinção de 7.535 postos de trabalho, o que representa 58% do total levantado de 12.982 terceirizados em situação irregular até a mesma data.

De janeiro a agosto de 2009 foi autorizado o preenchimento de 3.949 vagas. Além das autorizações já concedidas, outras estão em andamento nos Ministérios da Saúde, da Cultura e da Ciência e Tecnologia, bem como em Agências Reguladoras.

Mudanças nas contratações temporárias

Em 2008 a SEGES propôs alterações na Lei nº 8.745, de 1993, que regulamenta as contratações temporárias, para racionalizar a gestão de pessoas na Administração Pública Federal, possibilitando contratações para: suporte à criação de novos órgãos ou à incorporação de novas atribuições às tarefas daqueles já existentes; lidar com aumento transitório no volume de trabalho; substituição de terceirizados irregulares. As mudanças viabilizaram, por exemplo, contratação de temporários para o combate a queimadas e incêndios florestais, para atendimento da saúde indígena e para atividades especializadas em tecnologia da informação. Em 2008 foi autorizada a contratação de 5.207 temporários, com destaque para o Ministério do Meio Ambiente, com 2.520 Brigadistas. Em 2009, até 31 de julho, foram concedidas 8.244 autorizações, das quais 802 para a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e outras 1.276 para a área de saúde, especialmente no Rio de Janeiro.

Profissionalização de funções de direção

A SEGES vem trabalhando para que as funções de livre provimento no Poder Executivo Federal sejam cada vez mais preenchidas tendo por base critérios de mérito. O governo quer reduzir a quantidade de funções de livre provimento e priorizar funções ocupadas por servidores de carreira. Esse processo foi iniciado com a edição do Decreto nº 5.497, de 21 de julho de 2005, que definiu percentuais mínimos dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS) a serem ocupados por servidores públicos. Atualmente, cerca de 70% dos cargos comissionados são ocupados por servidores com vínculo e, mesmo nos cargos mais elevados, o percentual de servidores com vínculo é expressivo: aproxima-se de 58% no caso do DAS-6 e supera esta marca nos DAS-5 (63%) e 4 (65%). No esforço de ampliar a profissionalização dos cargos de direção, tramita no Congresso o Projeto de Lei nº 3.429/08 que cria as Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE). O objetivo é destinar parte das funções comissionadas a servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, com a definição de requisitos de mérito para sua ocupação, restringindo o número de cargos em comissão de livre provimento e induzindo a profissionalização em áreas essenciais do Estado. Já foram criadas funções dessa natureza no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), e tramita no Congresso Nacional proposta para o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). A SEGES analisa ainda proposta similar para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Mobilização pela gestão pública GesPública

Ano Nacional da Gestão Pública

Nos últimos anos o Brasil tornou-se uma economia sólida, com inflação baixa, responsabilidade fiscal e com a atenção às questões sociais. Porém ainda há muito espaço para avanços em termos de aprimoramento da gestão. Tendo em vista este momento de inflexão, o Presidente da República, por sugestão da SEGES/MP, editou em 17 de março um Decreto declarando 2009 o “Ano Nacional da Gestão Pública”.

Carta de Brasília sobre Gestão Pública

Firmada pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração (CONSAD) e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em 2008, a Carta parte da premissa de que é imprescindível orientar a ação do Estado para resultados, tendo como foco o cidadão e, ao mesmo tempo, garantir a qualidade do gasto público, tudo isso sob o manto da boa governança. O documento traz diretrizes que balizam as ações de governo para melhorar a gestão pública.

Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública)

A partir do segundo semestre de 2008 e com forte impulso em 2009, principalmente com o advento do Decreto que instituiu o Ano Nacional da Gestão Pública, o Programa GesPública vem ajustando seus processos de trabalho para a articulação, o fomento e a mobilização de redes de gestão e para a gestão do conhecimento em gestão pública.

As seguintes diretrizes nortearam os ajustes nos processos de trabalho do GesPública:

- Atuar como um agente de mobilização social em torno da melhoria da gestão pública;
- Ser conhecido e reconhecido como agente estratégico na gestão do conhecimento em gestão;
- Articular e coordenar uma rede de parceiros estratégicos para apoiar a construção e implementação de uma agenda nacional em prol da melhoria da gestão pública.

Em 30 de abril de 2009 foi lançado o novo Portal da Gestão Pública (www.gespublica.gov.br), que concentra a discussão em torno da construção coletiva de uma Agenda de Gestão Pública, por meio de um fórum permanente. Foi desenvolvido e implantado o Guia de Gestão de Processos, procurando aperfeiçoar o rito de tomada de decisão das instituições públicas.

A adesão ao GesPública retomou seu caráter mais amplo, considerando participantes do Programas todas as instituições e pessoas que tenham interesse em contribuir para a melhoria da gestão pública, seja pelo uso de qualquer instrumento, pelo estabelecimento de parcerias ou pela participação nos fóruns de discussão.

Nesse sentido, o GesPública tem se aproximado de redes de gestão como o CONSAD e o Fórum Nacional de Secretários de Administração das Capitais (FONAC), considerando que a Rede Nacional da Gestão Pública, mais abrangente, apresentará melhores resultados a partir da indução de sub-redes que congreguem atores relevantes. Os canais de divulgação também foram ampliados, utilizando-se de vídeos para capacitação em conceitos de gestão, publicações em revistas técnicas e em jornais de grande circulação.

Fórum Nacional de Gestão Pública

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão realizou em maio de 2009 o 1º Fórum Nacional de Gestão Pública, evento que congregou parceiros estratégicos do setor público, do setor privado e do terceiro setor em torno da agenda proposta pela Carta de Brasília. Na ocasião, diversos órgãos e instituições assinaram o termo de adesão à Carta. Após o evento, o Fórum tornou-se, em ambiente virtual, um espaço permanente de reunião, articulação e escuta de atores estratégicos que apóiam o movimento em prol da melhoria da gestão pública.

Agenda Nacional da Gestão Pública

Durante o 1º Fórum Nacional de Gestão Pública foi lançada a Agenda Nacional da Gestão Pública, que contém uma série de iniciativas inovadoras para melhorar a gestão, muitas delas já em fase de

implementação. Essa Agenda não é estanque, está em freqüente discussão, com participação não só do setor público, mas também de toda a sociedade, tendo por base o compromisso da Carta de Brasília da Gestão Pública.

Portal da Gestão Pública

Durante o 1º Fórum Nacional de Gestão Pública foi lançado o Portal da Gestão Pública (www.gespublica.gov.br), que a SEGES vem buscando consolidar e aperfeiçoar como instrumento animador, aglutinador e fomentador do movimento em prol da melhoria da gestão pública.

Rede Nacional de Gestão Pública

A SEGES atua fortemente na consolidação e expansão da Rede Nacional de Gestão Pública (RNGP), um espaço de discussão e de colaboração para a excelência da gestão pública no Brasil. Trata-se de um grupo em permanente expansão que discute problemas, troca experiências e desenvolve propostas para melhorar a gestão pública.

A Rede tem atuado para formar e consolidar alianças com parceiros estratégicos como o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração (CONSAD) e o Movimento Brasil Competitivo (MBC), no intuito de promover a melhoria da gestão pública e fomentar o debate sobre o tema.

Há várias iniciativas junto aos núcleos estaduais do GesPública para ajustar as estratégias de atuação do Programa, como a realização das videoconferências denominadas “Bate papo com a rede”, com o apoio da Caixa Econômica Federal. No segundo semestre de 2008 foi realizado ciclo de oficinas, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) para construção de uma estratégia de capacitação para os voluntários da RNGP. No mesmo período, houve certificação de 123 organizações por terem realizado a auto-avaliação.

Está começando o projeto de certificação dos voluntários da RNGP para capacitá-los como examinadores do Prêmio Nacional da Gestão Pública (PQGF), instrutores e facilitadores, bem como na função de coordenadores de núcleos no âmbito da RNGP. O projeto conta com a parceria da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).

De 27 a 29 de abril de 2009 foi realizado o Encontro Nacional dos Núcleos do GesPública e em julho houve reunião com os Parceiros Estratégicos do Programa com a finalidade de intensificar o diálogo, tendo em vista os desafios de construção da Agenda da Gestão Pública. Na mesma época, foi implementado o Núcleo do Distrito Federal, ancorado pela Advocacia Geral da União (AGU).

Grupo Geração - Em 2005 foi criado um grupo de reflexão estratégica chamado Geração, que trata de qualidade, produtividade e competitividade. O grupo congrega as entidades nacionais parceiras no movimento pela qualidade da gestão no Brasil. Desde então, a Petrobrás, o Movimento Brasil Competitivo (MBC), o Fórum Nacional da Qualidade, Produtividade e Competitividade (FQPC), a Fundação Nacional de Qualidade (FNQ), a SEGES (por meio do programa GesPública) e, mais recentemente, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), reúnem-se para traçar objetivos comuns e implementar de forma compartilhada ações voltadas para a busca da excelência na gestão. O Grupo Geração é um dos parceiros estratégicos nos debates e ações voltados a promover o aprimoramento da gestão pública.

Ciclos de Debates Direito e Gestão Pública

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da SEGES e da CONJUR, e a Associação Nacional dos Procuradores da República deram início a um processo de discussão dos grandes temas e desafios da Administração Pública no Projeto “Ciclos de Debates Direito e Gestão Pública”. O objetivo é criar espaço de interlocução entre operadores de direito e operadores de gestão com vistas à formulação de referenciais de atuação comuns para a administração pública brasileira.

Congresso Internacional do CLAD

O Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) é uma organização internacional que promove a análise e o intercâmbio de experiências e conhecimentos sobre reforma do Estado e modernização da administração pública por meio de reuniões, pesquisas e cooperação técnica entre os seus 23 países membros e países de outras regiões.

Realizado anualmente, o Congresso Internacional do CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública é considerado o mais importante evento da América Latina para apresentar e discutir experiências e pesquisas sobre o assunto. O evento reúne ministros e secretários de

Estado, parlamentares, pesquisadores e professores universitários, além de instituições especializadas, consultores, servidores públicos e dirigentes sindicais.

O Brasil, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, será o anfitrião do XIV Congresso Internacional do CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, que acontecerá em Salvador, de 27 a 30 de outubro de 2009, precedido pela Reunião do Conselho Diretor do CLAD. A SEGES coordena a comissão organizadora do evento, para o qual foram propostos 134 painéis, dos quais 40 são exclusivamente brasileiros e 94 contam com painelistas de países como África do Sul, Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Suíça, além dos países ibero-americanos. Estima-se que o evento no Brasil contará com cerca de 2.000 participantes.

Dentre os painelistas, figuras de destaque como o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, o Ministro de Estado do Controle e da Transparência, Jorge Hage, o presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (ABDIB), Paulo Godoy, e o empresário e consultor Antoninho Marmo Trevisan.

Agenda Federativa

Portal dos Convênios e simplificação das transferências voluntárias

Para melhorar os mecanismos de interlocução com estados e municípios, em especial no que se refere à simplificação do processo de descentralização de recursos, à transparência e à integração das ações no território, o Governo Federal desenvolveu uma nova sistemática de transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse: o Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias (SICONV). Também conhecido como Portal de Convênios, o sistema tem base na internet e é gerenciado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Ele simplifica a relação entre os entes federados e, em breve, funcionará como um banco dos principais programas do Governo Federal que envolvam descentralização de recursos. A SEGES atua em parceria com a SLTI para o desenvolvimento e implementação do Portal.

A SEGES, em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração e a Consultoria Jurídica, propôs uma alteração do arcabouço legal que trata das transferências voluntárias com o objetivo de simplificar o processo de transferência de recursos de convênios. A LDO 2010, Lei nº 12.017, de agosto de 2009, contemplou, em seu artigo 40, as alterações mencionadas.

Apoio à melhoria da gestão dos Estados

O Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE) tem como objetivo dar mais efetividade e transparência institucional às administrações públicas dos Estados e do Distrito Federal para aumentar a eficiência do gasto público. O Programa presta cooperação financeira e assistência técnica aos Estados e ao Distrito Federal para a execução de projetos de fortalecimento da capacidade institucional das Administrações Estaduais.

Em 2008 o Programa passou por amplo processo de reorientação e ajustes para melhorar suas condições de execução. Merecem destaque a revisão do contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a transferência da operacionalização dos repasses para a Caixa Econômica Federal. Além disso, houve redução do número de parcelas a serem repassadas aos Estados anualmente de quatro para uma, acelerando a execução do Programa.

Até o final de 2009 serão repassados cerca de R\$ 120 milhões aos Estados. Até julho de 2009 haviam sido repassados R\$ 55.484.264,87, distribuídos da seguinte forma:

2006	2007	2008	2009
3.684.038,79	7.263.322,17	5.793.100,87	38.743.803,04

Em 2009 está sendo implantada uma rede de vídeo conferência interligando unidades do Ministério do Planejamento com as Secretarias Estaduais de Planejamento e de Administração, com o intuito de facilitar e agilizar a troca de informações.

PMAE/BNDES - O Ministério do Planejamento, por iniciativa da Secretaria de Gestão, encaminhou ao Conselho Monetário Nacional (CMN) proposta para instituição de linha de crédito para financiar projetos de melhoria da qualidade do gasto e do ambiente de negócios. Em dezembro de 2008 o CMN aprovou linha de crédito no total de R\$ 300 milhões para os Estados. Os recursos foram descontingenciados no âmbito do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais (PMAE), tendo com agente financeiro o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos do PMAE complementam as ações do PNAGE e permitirão a introdução e o aperfeiçoamento de mecanismos adequados de gestão em órgãos centrais e finalísticos dos Estados.

Projeto Petrobrás sobre Royalties - A SEGES participa do comitê de governança do projeto contratado pela PETROBRÁS ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) para dar subsídios ao aperfeiçoamento da gestão para o desenvolvimento sustentável de territórios simultaneamente beneficiados por programas federais e por pagamentos de royalties decorrentes de exploração de petróleo e gás natural. O projeto encontra-se em fase de mapeamentos específicos e articulação com os governos estaduais para definição das áreas a serem atendidas. Alagoas foi o escolhido para ser o piloto neste processo.

Avaliação da gestão do Governo de Sergipe – O Grupo Geração conduziu, em 2008, a avaliação estratégica do Governo do Estado de Sergipe. A avaliação contou com examinadores voluntários indicados pela FNQ, FQPC, MBC e GesPública.

Apoio à melhoria da gestão municipal

A SEGES trabalha em sintonia com a Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República na formulação e implementação da Agenda Nacional de Apoio à Gestão Municipal. A SEGES elaborou e publicou, com o apoio do Brasil Municípios, o “Catálogo das Iniciativas Federais para os Municípios” e o “Guia Básico de Gestão Municipal”, entregues aos prefeitos eleitos, e apoiou a elaboração do Projeto de Lei que regulamenta a transição de governo. Além disso, a SEGES apóia programas de fomento ao associativismo municipal e à capacitação e assistência técnica a municípios, e vai propor metodologia para aferição da sua capacidade de gestão.

Projeto Brasil Municípios - O Projeto Reforço à Capacidade Institucional em Municípios Selecionados para a Redução da Pobreza (Projeto Brasil Municípios) é um Acordo de Cooperação celebrado em fevereiro de 2007 entre o Brasil e a União Européia para aumentar a efetividade e os impactos das políticas públicas, programas e projetos formulados e/ou implementados em municípios. O objetivo é melhorar as capacidades institucionais das administrações municipais para o planejamento, a gestão, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas, programas e projetos. O Projeto atende principalmente municípios das regiões Norte e Nordeste. Dispõe de recursos equivalentes a 15 milhões de euros, metade da UE e metade em contrapartidas nacionais de programas complementares. Assinado em 2007, o Projeto começou a ser executado em junho de 2008. Já patrocinou a elaboração do estudo “Mecanismos de Financiamento a Programas e Projetos em Regiões Metropolitanas” e uma iniciativa de prospecção de Assistência Técnica a iniciativa de associativismo municipal no Oeste do Estado do Paraná.

Apoio à melhoria da gestão dos tribunais de contas

O Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (PROMOEX) proporciona cooperação financeira e assistência técnica aos Tribunais de Contas Estaduais, do Distrito Federal e Municipais, fortalecendo o sistema de controle externo como instrumento da cidadania. Isso é feito por meio da melhoria dos mecanismos de controle das contas públicas Estaduais, Distritais e Municipais, da intensificação das relações inter-governamentais e inter-institucionais e da transparência da gestão dos recursos públicos, com vistas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. No ano passado, 31 dos 33 Tribunais de Contas Estaduais e Municipais existentes no País participaram do Programa.

Em 2008 o PROMOEX passou por ajustes para facilitar e acelerar sua execução: os convênios com sub-executores do Programa foram aditivados, com redução do número de parcelas a serem repassadas; os procedimentos de aquisições e contratações foram simplificados; e houve prorrogação de prazo para os desembolsos. Dentre as ações executadas no ano passado, destaca-se o apoio ao desenvolvimento e implementação da política de comunicação dos tribunais de contas, incluindo o Portal dos Tribunais de Contas. O Programa também ajudou a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no desenvolvimento dos seguintes produtos: Manuais de Receita e Despesa, uniformização dos procedimentos contábeis, padronização dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), criação do Plano de Contas Único, e harmonização de conceitos da LRF, bem como sobre os gastos com saúde, educação e previdência a serem computados nos mínimos constitucionais. Além disso, foi elaborado anteprojeto da lei processual única dos tribunais de contas, enviado ao Tribunal de Contas da União. Houve apoio à conclusão da elaboração das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e ao início do processo de convergência dessas normas aos padrões internacionais, bem como às discussões sobre as Normas de Auditoria a serem utilizadas por todos os tribunais de contas e à harmonização dos conceitos da LRF vinculados a obras e serviços de engenharia.

Compartilhamento de base de dados de servidores federais e estaduais

A SEGES, em conjunto com a SRH e a SLTI, promoveu um movimento articulado dos ministérios do Planejamento e da Previdência Social e do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração (CONSAD), que assinaram, em julho de 2009, um acordo de cooperação para possibilitar o cruzamento das bases de dados de recursos humanos da União e dos Estados, no intuito de apurar eventuais irregularidades na contratação de servidores, como duplicação de vínculo e aposentadorias irregulares.

O projeto, financiado com recursos do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (PNAGE), será operacionalizado pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV) e prevê também o fortalecimento do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), com o desenvolvimento de novas funcionalidades e a inclusão das bases de dados de recursos humanos dos estados e municípios.

Desburocratização

Revisão de normas que “emperram” a gestão

Técnicos da SEGES, da Secretaria Federal de Controle da Controladoria-Geral da União (CGU) e das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOAs) dos ministérios setoriais trabalham em conjunto no mapeamento e revisão de normas operacionais que dificultam o bom andamento da máquina pública. O objetivo da mobilização é identificar procedimentos infra-legais – como instruções normativas, portarias, resoluções e outros atos administrativos no âmbito do Poder Executivo federal – que precisam ser eliminados ou ajustados.

Simplificação do comércio exterior

A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) quer harmonizar, padronizar e coordenar as atividades de diversos órgãos nos processos relacionados à liberação de mercadorias na importação e na exportação em zonas de fronteira, portos e aeroportos. Por isso, está trabalhando com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e com o apoio da SEGES na contratação de uma empresa para mapear e documentar o seqüenciamento dos processos operacionais de controle do comércio exterior, incluindo inspeção e movimentação de cargas, anuência e despacho aduaneiro. A contratação deve ser concluída em setembro de 2009 e o piloto será no Porto de Santos (SP). A iniciativa faz parte da Estratégia Nacional de Simplificação do Comércio Exterior.

Aprimoramento do registro de agrotóxicos

A SEGES, em parceria com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) e a Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, busca sincronizar as atuações do IBAMA, da ANVISA e do Ministério da Agricultura de modo a aumentar a eficiência dos procedimentos nos pedidos de análise de registro de agrotóxicos.

Incentivos à boa gestão

Lei Orgânica da Administração Pública Federal

Uma comissão de juristas especializados em direito administrativo, com suporte da SEGES, discutiu os formatos jurídico-institucionais e o marco legal dos órgãos e entidades da Administração Pública. O resultado é uma proposta dos juristas de anteprojeto de lei para o estabelecimento de normas gerais sobre a Administração Pública direta e indireta, as entidades paraestatais e as entidades de colaboração. A proposta apresentada pelos juristas será levada ao amplo debate com a sociedade.

Contratualização de desempenho institucional

A SEGES desenvolveu minuta de Projeto de Lei para regulamentar a contratualização de desempenho e a aplicação de recursos orçamentários provenientes de economia com despesas correntes, com possibilidade de bônus para servidores (regulamentação dos §§ 7º e 8º do art. 37 da Constituição). A minuta, após consulta pública, encontra-se em discussão no âmbito do Ministério do Planejamento. A Secretaria estuda a futura operacionalização da lei e planeja ações de sensibilização e capacitação para o tema. Um projeto-piloto para a capacitação em contratualização está sendo desenhado, bem como a metodologia para avaliação de desempenho institucional das organizações públicas com foco em resultados, em conjunto com a SPI.

INMETRO

O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade (INMETRO) assinou com o Ministério do Planejamento/SEGES/SLTI/SRH, o Movimento Brasil Competitivo (MBC) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) um protocolo de cooperação para projetos de melhoria da gestão pública. O protocolo prevê o desenvolvimento de projetos que propiciem maior eficácia e eficiência na aplicação dos recursos públicos, em especial aqueles relacionados ao estabelecimento de padrões e métodos que permitam usar o poder de compra do Estado e ao apoio à inovação tecnológica. A cooperação permitirá: o aperfeiçoamento do sistema de compras por pregão e registro de preço; o desenvolvimento de sistemática de avaliação do desempenho individual; o desenvolvimento de sistema automatizado de acompanhamento da assiduidade dos servidores, com instituição de banco de horas; o desenvolvimento de sistema de acompanhamento de novos servidores durante estágio probatório; a identificação de medidas legais e normativas que ampliem as autonomias administrativa, financeira e orçamentária; a identificação de possibilidades de racionalização do uso de serviços terceirizados; a implantação de um Programa voltado para a inovação nas atividades de gestão e de desenvolvimento tecnológico; e o desenvolvimento de estudo sobre o impacto da aplicação das metodologias do Programa GesPública em relação ao sistema de gestão do INMETRO.

Contratos de gestão

A SEGES é responsável pelo acompanhamento e aperfeiçoamento dos processos de contratualização de desempenho institucional no Poder Executivo Federal. A Secretaria participa das Comissões de Acompanhamento e Avaliação dos contratos firmados no âmbito do governo federal. Os contratos de gestão envolvem: MDIC e INMETRO; MCT e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos; MCT e a Rede Nacional de Pesquisa – RNP; MCT e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM); MS e a ANVISA; MS e a ANS.

Prêmio Nacional da Gestão Pública (PQGF)

O Prêmio Nacional da Gestão Pública tem como finalidade destacar, reconhecer e premiar as organizações públicas que comprovem alto desempenho institucional, com qualidade em gestão, com base no Modelo de Excelência em Gestão Pública. O PQGF passou por um realinhamento em 2008 seguindo as seguintes orientações:

- Continuar reconhecendo e incentivando os “melhores” nas diversas categorias (Administração Direta, Administração Indireta, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista);
- Passar a reconhecer a evolução da qualidade do sistema de gestão decorrente de esforço desenvolvido pela organização;
- Reconhecer e incentivar a excelência em gestão para setores e áreas específicos (definidos como prioritários pelo Governo para o momento) – ciclo de 2 anos;
- Criar mecanismos efetivos para mapeamento, registro e disseminação de boas práticas de gestão;
- Criar mecanismos para que os reconhecidos como “melhores” apoiem organizações prioritárias que necessitem de suporte para melhorar a sua gestão;
- Reconhecer com destaque organizações com boas práticas de gestão; e
- Coordenar e integrar os processos GesPública / PQGF - tais como: capacitação; comunicação - sites; gestão de redes.

O Ciclo 2008/2009 teve como categoria especial a Saúde. Foram 39 organizações inscritas, representando 16 estados. Com o apoio dos parceiros, foram introduzidas algumas melhorias nos processos de trabalho do PQGF, merecendo destaque a emissão de Certificado de Participação nos cursos feita pela internet, com assinatura digital e a revisão dos mecanismos de incentivo às organizações participantes do PQGF para assegurar a melhoria dos processos gerenciais. A homologação dos resultados do Ciclo 2008/2009 ocorrerá no dia 26 de agosto, com divulgação das instituições premiadas à sociedade.

Informações organizacionais

Marco normativo para apresentação de propostas de Fortalecimento Institucional

Por iniciativa da SEGES, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão está propondo o Decreto de Fortalecimento Institucional, com diretrizes para a organização e o fortalecimento das estruturas administrativas dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal. A proposta estabelece normas gerais para a realização de concursos públicos e institui como sistema administrativo o Sistema de Organização e Inovação da Administração Pública Federal, o que permitirá organizar e direcionar as ações voltadas à modernização administrativa e possibilitará avaliações mais adequadas das necessidades quantitativas e qualitativas de força de trabalho e de revisão de estruturas na Administração Pública Federal.

A SEGES conduziu duas reuniões com os responsáveis pelas Unidades de Modernização e Organização Administrativas, ou equivalentes, dos Órgãos Setoriais do Poder Executivo Federal, remanescentes, em larga medida, do sistema administrativo de modernização e organização, revogado pelo Decreto nº 4.896, de 25.11.2003. Essa iniciativa visa retomar o diálogo entre a SEGES e os Órgãos Setoriais responsáveis pelas macrofunções de Modernização e Organização Administrativas e de levantar o que existe, em termos de unidades e pessoas, onde estão e o que estão fazendo.

Sistema de Modernização e Organização Administrativa

O Sistema de Modernização e Organização Administrativa (SIORG) é o cadastro de todas as estruturas oficiais dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal, incluindo seus cargos e funções comissionadas. A SEGES mantém a base de dados do SIORG atualizada e fornece informações geradas por ele a outros sistemas estruturantes de governo. Em 2008, foram processadas 1.491 autorizações, com redução do prazo de resposta aos solicitantes para no máximo 24 horas. Além disso, foi retomada a confecção de organogramas dos ministérios e de suas entidades vinculadas. O sítio SIORG-Cidadão foi adaptado para permitir a publicação desses organogramas na internet, o que está sendo feito desde maio de 2008. O sítio também foi aprimorado para disponibilizar três novas funções: solicitação e resposta eletrônica no processo de autorização para nomeação de servidores sem vínculo; atualização de endereço pelos próprios órgãos; publicação das Sínteses Temáticas dos órgãos e entidades da administração pública no sítio

SIORG-Cidadão. Atualmente está em desenvolvimento módulo “editor” do sistema, uma ferramenta que facilitará aos órgãos a construção de suas propostas de estruturas regimentais e regimentos internos.

Sínteses Temáticas

As Sínteses Temáticas informam, de maneira resumida, a estrutura de órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Apresentam estruturas organizacionais e os quantitativos de cargos e funções, com os respectivos custos, além de informações sobre o pessoal que ocupa esses cargos, como idade e perfil. A SEGES vem aprimorando esses documentos, o que originou um projeto maior, de agregação de outras informações dos sistemas gerenciados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão às Sínteses Temáticas.

Sumários Executivos

Os Sumários Executivos são registros das demandas feitas pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal à SEGES. Trata-se de solicitações de concursos públicos, cargos efetivos e comissionados, funções comissionadas e criação de novas estruturas organizacionais, ou seja, demandas relacionadas ao desenho institucional das organizações. Os Sumários proporcionam um histórico das demandas das organizações e as respostas que receberam da SEGES.

Manual de Estruturas de Organismos Públicos

Em 2008 foi elaborado e disponibilizado na internet o Manual de Orientação para Arranjo Institucional de Órgãos e Entidades do Poder Executivo Federal que apresenta um conjunto de orientações e parâmetros técnicos aplicáveis ao processo de organização de estruturas do Poder Executivo Federal.

Está em curso o mapeamento do referencial internacional de estruturas de organismos públicos em cinco países selecionados, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o estado da arte no campo da organização das estruturas de governo e aperfeiçoar o Manual supra referenciado.

Gestão da carreira de EPPGG

Regulamentação do período de trânsito

A Portaria nº 16, de 1 de fevereiro de 2008, estabeleceu diretrizes e critérios para o gerenciamento dos EPPGG que se encontram em situação de trânsito.

Estruturação da gestão da carreira de EPPGG

A SEGES estruturou a unidade responsável pela gestão da carreira e começou a mapear os seus processos de trabalho, além de organizar o sistema de informações e o banco de dados da carreira. Os documentos e normas sobre a carreira foram mapeados, sistematizados e disponibilizados na página eletrônica da SEGES.

Comitê Consultivo da Carreira

A Portaria nº 42, de 9 de abril de 2009, recompôs o Comitê Consultivo da Carreira de EPPGG, previsto no § 1º do art. 4º da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998.

Construção de proposta para reorientação da gestão da carreira

A SEGES sistematizou os documentos existentes sobre a carreira e fez consultas a EPPGGs, atores estratégicos, Secretários Executivos de diversos ministérios e a especialistas do Brasil e do exterior para subsidiar a reorientação da gestão da carreira. Oficinas de discussão consolidaram o material obtido, que trata dos diversos aspectos relacionados à gestão da carreira, como recrutamento e seleção, alocação inicial e mobilidade, desenvolvimento profissional (formação inicial e continuada), promoção e atuação em rede.

Mapeamento de competências

Encontra-se em fase final de desenvolvimento o trabalho de mapeamento de competências para a construção de uma matriz-base para a carreira de EPPGG. Entendendo competência como combinações sinérgicas de conhecimentos, habilidades e atitudes, expressas pelo desempenho profissional dentro de determinado contexto organizacional, que agrega valor a pessoas e organizações. O mapeamento de competências será utilizado, em um primeiro momento, para

orientar os processos de recrutamento e seleção e de desenvolvimento profissional. À medida que se consiga começar a implementar a gestão por competências na carreira, espera-se que o mapeamento de competências possa orientar também os processos de alocação, mobilidade, progressão e promoção.

Estabelecimento de diretrizes

A Portaria nº 81, de julho de 2009, estabeleceu as diretrizes a serem observadas para a supervisão da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, do quadro do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Racionalização da alocação e mobilidade

A SEGES vem desenvolvendo esforços para melhor orientar, conduzir e qualificar os processos de alocação inicial e de mobilidade. A Portaria nº 81, de 2 de julho de 2009, estabeleceu critérios a serem observados para a alocação inicial e a mobilidade. Atualmente são considerados: as prioridades de governo e áreas estratégicas; a capacidade do ministério de inserir e utilizar bem os EPPGG; o maior equilíbrio da distribuição dos EPPGG entre os ministérios; o melhor aproveitamento das pessoas; e o mérito e perfil, inclusive o exercício efetivo do EPPGG em atribuições inerentes ao cargo.

Ao mesmo tempo estão sendo desenvolvidos e utilizados mecanismos para identificar, qualificar e negociar as necessidades de EPPGG antes da realização dos concursos. No caso dos 113 EPPGG que tomaram posse em 2009, os locais e quantitativos de vagas para a alocação inicial foram definidos de forma negociada com os ministérios demandantes, considerando: as prioridades de governo; a política de inserção e retenção do ministério; as demandas por EPPGG feitas pelos ministérios; e os quantitativos de EPPGG já alocados nos ministérios. O processo de alocação inicial para a referida turma foi transparente e republicano, com base em critérios de mérito. Foi considerada a escolha pessoal tendo em vista as vagas oferecidas, por ordem de classificação final do concurso.

Para planejar a alocação dos futuros EPPGG a SEGES formulou consulta às Secretarias Executivas dos ministérios, solicitando criterioso levantamento das reais necessidades de EPPGG, tendo em conta: os projetos e ações prioritários; as áreas estratégicas; as efetivas condições de receber e inserir adequadamente os novos profissionais; e as atribuições do cargo de EPPGG.

Em julho de 2009 foi disponibilizado aos órgãos que demandam gestores um formulário para solicitação, a ser preenchido para toda e qualquer solicitação de gestores.

Os processos de movimentação de EPPGG estão sendo conduzidos observando os prazos estabelecidos na Portaria nº 16, de 1 de fevereiro de 2008, e observando os critérios para alocação inicial e mobilidade estabelecidos na Portaria nº 81/09.

Acompanhamento do estágio probatório

A Portaria n.º 24, de julho de 2009, regulamentou o monitoramento da inserção e das atividades exercidas pelo Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental durante o estágio probatório. Os novos gestores serão acompanhados e orientados por membros mais antigos da carreira, propiciando intercâmbio de experiências e informações. Além disso, seguindo a lógica de uma gestão compartilhada com os Ministérios, serão designados interlocutores setoriais para facilitar a inserção dos gestores nos órgãos de exercício.

Ampliação dos canais de interlocução

Foi estabelecido um canal de comunicação direta com os gestores por parte do Secretário de Gestão, cujo objetivo é mantê-los informados sobre assuntos de interesse da carreira e receber contribuições para o aprimoramento da gestão da carreira. Também foram estabelecidos canais de interlocução nos ministérios para acompanhar a inserção e o aproveitamento dos gestores e interagir com a SEGES.

Concursos

Em 2008 a SEGES realizou o concurso público para preenchimento de 60 vagas para o cargo de EPPGG. Foram convocados para o curso de formação na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) todos os classificados na primeira etapa do concurso, totalizando 117 candidatos. O curso de formação foi aperfeiçoado, como resultado de trabalho conjunto ENAP e SEGES. 113 novos

EPPGG tomaram posse em abril de 2009. O concurso introduziu alguns avanços em relação aos anteriores e foi considerado satisfatório pelos participantes.

O concurso do ano de 2009 está em andamento. As provas objetivas serão aplicadas no dia 30 de agosto. O formato do concurso foi aprimorado, com uma etapa de provas discursivas mais densa e com maior peso relativo, o que tornará a seleção mais rigorosa. A primeira etapa deve ser concluída até janeiro de 2009 pela Escola de Administração Fazendária (ESAF). A segunda etapa, a cargo da (ENAP), se realizará na seqüência. A posse dos novos gestores está prevista para junho de 2010. Vale lembrar que a SEGES também realizou o concurso e a alocação dos analistas e dos especialistas de infra-estrutura.

Participação em Programa de Capacitação de Longa Duração - PCLD

A Portaria nº 126, de maio de 2009, disciplinou o afastamento de servidores da carreira para participar de programas de capacitação de longa duração no País ou no exterior. Em julho de 2009 foram analisados e despachados os pleitos para participação em Programa de Capacitação de Longa Duração, seleção de 2009.

Ajustes na regulamentação da Carreira

A Portaria nº 96, de agosto de 2009, instituiu grupo de trabalho com a finalidade de apresentar, ainda no ano de 2009, proposta de Decreto de Regulamento para a carreira.

Tecnologias de Gestão para a Excelência Gerencial

Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública)

Iniciou-se em 2008 o processo de reorientação da atuação do GesPública, de forma a propiciar maior eficiência, eficácia e efetividade às ações executadas pelo Programa e de forma alinhada com o seu papel de agente de mobilização social em torno da melhoria da gestão pública. As principais orientações dessa reestruturação são as seguintes:

- Ampliar, disseminar e conferir maior acessibilidade às ferramentas de gestão;
- Tornar o Modelo de Excelência em Gestão Pública – MEGP reconhecido na administração pública como referência para melhorar o sistema de gestão das organizações públicas;
- Direcionar a atuação do Programa para os setores que prestam serviços ao cidadão, como saúde, educação e saneamento;
- Priorizar os órgãos da administração direta, nos níveis federal, estadual e municipal;
- Definir estratégias para consolidar os Núcleos Estaduais e Setoriais
- Definir estratégias para otimização da atuação da rede de pessoas e organizações voluntárias, considerando os novos orientadores do Programa, em especial no que se refere à capacitação, certificação e coordenação;

Em 2008 foi concluída a revisão do MEGP com o apoio do Comitê Conceitual do Programa para mantê-lo como expressão do “estado da arte” da gestão contemporânea e representação de um sistema de gestão que visa aumentar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações públicas. O MEGP propicia referenciais de melhoria contínua às organizações públicas que buscam a sua transformação gerencial. Ao mesmo tempo, o MEGP permite avaliações comparativas de maturidade do sistema de gestão entre organizações públicas brasileiras e estrangeiras e com empresas e demais organizações do setor privado.

Os Instrumentos de Avaliação da Gestão Pública foram alinhados e atualizados com base na nova versão do Modelo de Excelência. Foram também ajustados e atualizados os cursos de preparação de instrutores – à distância e presenciais – para aplicação dos referidos instrumentos de avaliação.

A SEGES está adquirindo a licença de ferramenta para modelagem de processos e vai construir proposta de parâmetros e modelos, considerando a integração dos conceitos das referidas abordagens, para utilização no âmbito do Programa e posterior disposição do ferramental para as instituições interessadas. No 2º semestre de 2009 começa a ser utilizado o novo ferramental para compartilhamento de redes de gestão/gestão de sistemas de qualidade/gestão de processos.

Em paralelo aos avanços nas ferramentas que integram o GesPública, a SEGES conduz as discussões referentes à construção do tema “Processos” dentro da Definição e Normatização dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-Ping), além de coordenar os trabalhos de modelagem e redesenho de processos da SOF, SPI, DEST e SPU. Na nova concepção, processos se confundem com redes dinâmicas de cooperação entre indivíduos. As soluções adotadas (sob as óticas conceitual, metodológica e de ferramental) para o compartilhamento dos resultados das redes de gestão GesPública serão estendidas para a gestão de processos. Em 2008 e 2009 foram discutidas as necessidades para as futuras modelagens de processos a serem realizadas, com a conclusão de que os critérios do Guia de Gestão de Processos GesPública deverão ser observados.

Estudos e Pesquisas

Relações do Setor Público com os entes de cooperação e colaboração

A SEGES fez um levantamento das formas existentes para os entes de cooperação e colaboração – Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), Serviços Sociais Autônomos (SSA), cartórios e fundações de apoio – e um diagnóstico do funcionamento de suas relações com os órgãos federais. A SEGES também contratou um estudo a respeito das características jurídico-institucionais e operacionais das OS, OSCIP e SSA existentes nas três esferas de governo que forneceu os subsídios necessários ao desenho de uma proposta para aperfeiçoamento da legislação sobre as relações com o terceiro setor.

Guia de Medição de Desempenho de Gestão

Encontra-se em desenvolvimento a construção de um Guia Referencial para Medição de Desempenho de Gestão – um conjunto de indicadores para as diversas dimensões da gestão – que possa ser utilizado como referência pelas organizações públicas brasileiras.

Cooperações Técnicas

Diálogos Setoriais

Em 2008 a SEGES negociou junto à Comissão Européia a execução projeto Apoio aos Diálogos Setoriais Brasil-EU. Trata-se da formalização das relações técnicas entre o Brasil e a União Européia (UE), com o objetivo de promover a relação bilateral pelo fomento a diálogos em temas setoriais de interesse mútuo. A execução do projeto é realizada diretamente por pessoa jurídica contratada pela UE e acompanhada pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC, o que representa uma inovação nas formas de operacionalização de acordos internacionais.

O projeto facilitará os intercâmbios entre os parceiros relevantes (brasileiros e europeus) envolvidos em diálogos setoriais específicos, com ênfase nos temas de desenvolvimento e coesão sociais; sustentabilidade ambiental; desenvolvimento regional; ordenamento do território; e governança pública. Serão realizados estudos voltados aos temas de interesse dos diálogos e organizados seminários, conferências, oficinas e visitas técnicas para a troca de experiências e a disseminação de boas práticas.

Em dezembro de 2008 o projeto apoiou o Ministério da Integração Nacional na realização do Congresso Internacional de Gestão de Políticas Regionais no Mercosul e na União Européia, com a finalidade de discutir a gestão de políticas regionais e territoriais no contexto da integração econômica, analisando experiências do Mercosul e da UE e aprofundar o intercâmbio de experiências.

Cooperação Britânica

O projeto “Ações coordenadas para a melhoria da governança pública” se desenvolve no âmbito da cooperação entre o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda, a Controladoria Geral da União e o Reino Unido. Seu objetivo é apresentar boas práticas de coordenação governamental e

de governança pública que sirvam de referência no processo de melhoria de áreas de governo selecionadas.

Dentre os temas trabalhados, encontram-se: boas práticas em regulação econômica; carreiras na Administração Pública; políticas de desenvolvimento regional; relatórios de auditorias operacionais; qualidade do gasto público e capacitação a dirigentes públicos.

O projeto apoiou o “Seminário Internacional de Planejamento Territorial no Brasil”, promovido pela SPI/MP, para discutir os impactos territoriais das ações do Governo Federal, e viabilizou um fórum de discussões sobre qualidade do gasto público, com presença de expositores estrangeiros e brasileiros.

Cooperação Espanhola

A “Modernização da Gestão Pública” é um projeto de cooperação técnica entre o Brasil, por meio do MP e a Agência de Cooperação Internacional da Espanha (AECID). O projeto começou a ser executado em novembro de 2008 e tem prazo previsto para dezoito meses. A execução dos recursos orçamentários espanhóis é feita pela AECID, enquanto a SEGES atua na coordenação técnica da execução das atividades e no fomento de ações que estejam em consonância com as políticas de desenvolvimento do governo.

Em 2009 foram realizados por meio do projeto estudos e contratações de consultores que objetivaram: o diagnóstico das formas existentes e do funcionamento das relações com os entes de cooperação e colaboração e respectivas normas (modelos de OS, OSCIP e SSA); a construção de proposta para reorientar a gestão da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPGG; a construção de referencial de indicadores de desempenho para a administração pública; a realização de Congresso Internacional de Centrais de Atendimento Integrado ao cidadão.

Além das contratações, a SEGES promoveu as seguintes missões e visitas técnicas: visita de reconhecimento das experiências espanholas em arranjos institucionais e modelagens organizacionais; visita para conhecer as experiências espanholas na relação do poder público com os entes de cooperação e colaboração; visita para conhecer experiências de avaliação de desempenho governamental nas dimensões de políticas públicas, programas/projetos, institucional e individual na Administração Pública Espanhola; visita para conhecer a organização e gestão das áreas meio na administração pública espanhola.

Encerramento do Programa de Modernização do Poder Executivo Federal (PMPEF)

O PMPEF é financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e se iniciou em 1998. Seu objetivo é dotar o Poder Executivo Federal de instituições capazes de implementar um modelo de desenvolvimento promotor de crescimento econômico e justiça social com utilização racional dos recursos públicos existentes. O prazo de vigência do projeto expirou em 31 de dezembro de 2008.

Em 2009 os esforços e ações da SEGES se concentraram em cumprir as obrigações de encerramento do empréstimo, como a realização dos ajustes necessários nas contas e/ou nas demonstrações financeiras; elaboração dos relatórios finais destinados aos órgãos internacionais e à Agência Brasileira de Cooperação; e transferência do patrimônio adquirido pelo projeto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os principais projetos executados em 2008 foram o desenvolvimento de módulos funcionais para o SIGPLAN conduzido pela SPI e a continuação do projeto de Certificação Cadastral, conduzido pela SPU, com amplitude que envolve os estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo.

Encerramento do Projeto EuroBrasil 2000

A execução do Projeto EUROBRASIL2000 iniciou-se em outubro de 2004 e teve vigência até 31 de dezembro de 2008. O objetivo geral do Projeto EUROBRASIL2000 foi apoiar o Governo brasileiro na implementação da sua política de gestão pública mediante: elaboração de estudos técnicos para a modernização da Administração Pública brasileira; provimento de capacitação, tanto na Europa quanto no Brasil, para servidores de nível superior com vínculo permanente com a Administração Pública; e o intercâmbio de informações e servidores entre os pactuantes.

Em 2008 foram realizadas atividades visando ao cumprimento das formalidades técnicas e legais para o encerramento do projeto, como a organização dos arquivos físico e eletrônico, o

levantamento do acervo de materiais do Projeto, o envio da minuta de Ata de Encerramento para a Delegação da Comissão Européia no Brasil e elaboração dos relatórios finais destinados a União Européia, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Planejamento e Agência Brasileira de Cooperação.

Durante os meses de junho e julho de 2009 foram recebidas as equipes de auditoria técnica e contábil que realizaram as visitas de monitoramento externo para verificar o desempenho e os benefícios alcançados pelo projeto. O processo técnico está encerrado, enquanto a parte contábil passa pela etapa de esclarecimentos e ajustes.

Programa de Estratégia e Plano de Ação para a Efetividade do Desenvolvimento no Brasil (PRODEV)

Em fevereiro de 2007 o Brasil assinou com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) a Carta-Convênio para implementação do PRODEV no País. O PRODEV é um programa do BID voltado ao fortalecimento da gestão por resultados nos países da América Latina e Caribe, visando à melhoria da efetividade das políticas públicas e seu impacto nas metas de desenvolvimento nacionais.

Em 2009 foram iniciados os estudos para a elaboração de diagnósticos e planos de ação sobre temas de Gestão por Resultados em nível federal e estadual, que inclui o levantamento preliminar das iniciativas de Contratualização de Desempenho existentes no Governo Federal e nos Governos Estaduais, já finalizado.

Capacitação

GesPública

No ano passado, 23 instrutores foram preparados para disseminar o novo formato dos instrumentos de medição do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, o GesPública. Os instrutores formam novos multiplicadores nos estados. No primeiro semestre de 2009 foram capacitadas 250 pessoas por meio dos cursos de ensino à distância do GesPública, entre capacitações voltadas à aplicação dos instrumentos de avaliação, Carta de Serviços, Guia de Simplificação e Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação.

PQGF

Durante o Ciclo 2008/2009 do Prêmio Nacional de Gestão Pública foram formadas 29 turmas de ensino à distância para capacitação de examinadores para a banca de avaliação do prêmio, distribuídas por todo o Brasil. Dos 1.677 voluntários inscritos, 956 foram aprovados e encaminhados para a fase de Ensino Presencial. Para a realização dos cursos presenciais foram mobilizados 17 estados, com o apoio de organizações parceiras, como a Eletronorte. Nessa fase foram admitidos 567 candidatos, dos quais 413 foram aprovados. Ao final do processo de capacitação, 352 candidatos foram recomendados para as Bancas Examinadoras.

Semana Orçamentária Federal

A SEGES passou a integrar o grupo responsável pela Semana Orçamentária Federal, coordenando e ministrando o módulo "Gestão Pública". No primeiro semestre de 2009 foram realizados 4 eventos: Rio de Janeiro, em março, Salvador, em maio, servidores do MAPA, em junho e São Luis, em julho. A Semana tem por objetivo atualizar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos relativos aos instrumentos de planejamento, orçamento, administração financeira e compras no âmbito da Administração Pública Federal. É voltada aos servidores usuários dos principais sistemas corporativos do Governo Federal (SIGPlan, SIDOR, SIAFI e SIASG) e que atuam em rotinas de planejamento, administração orçamentária e financeira, bem como em processos de compras de mercadorias e contratação de serviços, controle interno, controle externo e auditoria. Há reserva de vagas para servidores públicos estaduais interessados em conhecer os procedimentos de administração orçamentária e financeira e de compras da administração federal.

Brasil Municípios

No âmbito da Ação Formação e Aperfeiçoamento de Multiplicadores, executada em parceria com a Escola de Administração Fazendária – ESAF, formaram-se 28 Multiplicadores em Gestão de Finanças Públicas Municipais.

Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros (PROMOEX)

Foram realizadas capacitações regionais sobre Normas de Aquisições e Contratações do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Além disso, a SEGES apoiou o desenvolvimento e a implementação de programas de educação à distância direcionados a servidores estaduais e municipais realizados pela ESAF.

O Programa financiou, em 2008, ações de capacitação de servidores estaduais e municipais realizadas pelos Tribunais de Contas estaduais. O Programa também apoiou, em novembro de 2008, a realização de evento denominado Semana Orçamentária para Estados e Municípios, em Belém do Pará, que capacitou cerca de 1.000 servidores, entre estaduais e municipais.

Cooperação Britânica

Em 2008, foram desenvolvidos dois cursos sobre práticas em regulação no Reino Unido. Os cursos tiveram o propósito de melhorar a capacidade regulatória de agências reguladoras federais, estaduais e municipais, assim como a coordenação entre agências, ministérios e órgãos de controle. Ao total, 68 representantes – distribuídos entre servidores de agências federais, estaduais e municipais, além de outras autoridades brasileiras – participaram dos cursos.

Programa de Estratégia e Plano de Ação para a Efetividade do Desenvolvimento no Brasil (PRODEV)

Em novembro de 2008 foi realizado um curso sobre Gestão por Resultados que capacitou 50 representantes de diversos ministérios. Em março de 2009 foi realizado um curso sobre Gestão por Resultados para os estados, com participação de 62 servidores dos Governos dos estados e dos Tribunais de Contas Estaduais. Outro curso foi executado em agosto de 2009 para servidores federais e estaduais.

Programa de Modernização do Poder Executivo Federal (PMPEF)

Foram desenvolvidas atividades na SEGES e nas Secretarias de Orçamento Federal e de Assuntos Internacionais. Os servidores da SEGES foram capacitados em modelagem de processos, com a realização de um piloto de modelagem dos macroprocessos da SEGES. Na Secretaria de Assuntos Internacionais, os servidores foram capacitados em gestão de Projetos. Além dessas atividades, servidores da SOF e da SEGES participaram de cursos de Gestão Avançada nas modalidades Sênior e Middle.

OUTROS

Isenção de taxa de inscrição em concursos para hipossuficientes

Por iniciativa da SEGES foi publicado, em outubro de 2008, o Decreto n.º 6.593, que isenta de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos do Poder Executivo federal os candidatos de baixa renda inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Aperfeiçoamento do modelo regulatório

A SEGES é membro do Comitê Gestor do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação (PRO-REG). As ações desenvolvidas no âmbito do Programa envolvem o apoio à Revisão Intepares do Sistema Regulatório Brasileiro, feita pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) a partir da iniciativa da Casa Civil da Presidência da República, que culminou com seminário realizado em junho de 2008 em Brasília, para a apresentação dos resultados da revisão; a organização do curso "Regulação: Teoria e Prática"; organização do livro "Desafios da Regulação no Brasil"; e participação no Grupo de Trabalho da OCDE sobre Gestão e Reforma Regulatória.